



**Universidade de Brasília**

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XXI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**A GUERRA COMERCIAL ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS: QUAIS OS  
REFLEXOS PARA AS RELAÇÕES BILATERAIS?**

**HERIS COUTINHO VIEIRA**

**Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção  
do título de Especialista em Relações Internacionais pela  
Universidade de Brasília.**

**Orientadora: Professora Doutora Danielly Silva Ramos**

**Brasília**

**2020**

## RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar os fatores que levaram ao conflito comercial entre as duas principais potências econômicas da atualidade, Estados Unidos e China, e compreender o processo histórico desta relação político-comercial, desde o início do ano de 2018 até o primeiro acordo em 2020. A intenção é abordar as causas e consequências das sanções tarifárias, tanto para a China quanto para os Estados Unidos da América, e compreender os reflexos desse conflito para as relações econômicas bilaterais, assim como para países que possuem estreita relação com a China e com os Estados Unidos, a exemplo do Brasil. Em particular, o artigo visa demonstrar os efeitos que a guerra comercial provocou no equilíbrio econômico brasileiro, sobretudo no fluxo das exportações para a China, bem como na tentativa de estreitar a relação brasileira com o país norte americano, sem afetar os acordos de exportações e investimentos chineses.

**Palavras-chave:** Guerra comercial China - EUA; Relações político-comerciais; Exportações; Relações Sino-brasileiras.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the factors that led to the commercial conflict between the two main economic powers today, the United States and China, and to understand the historical process of this political-commercial relationship from the beginning of 2018 until the first agreement of 2020. The aim is to address the causes and consequences of tariff sanctions, both for China and the United States of America, and to understand the consequences of this conflict for bilateral economic relations, as well as for countries that have a close relationship with China and the United States. United States, like Brazil. In particular, the article aims to demonstrate the effects that the commercial war had on the Brazilian economic balance, especially in the flow of exports to China, as well as in the attempt to strengthen the Brazilian relationship with the North American country, without affecting the export and export agreements. Chinese investments.

**Keywords:** China - USA trade war; Political-commercial relations; Exports; Sino-Brazilian relations.

## 1. INTRODUÇÃO

A relação entre Estados Unidos e China pode ser interpretada como uma dicotomia, caracterizando a divisão de um elemento em duas partes. No contexto abordado, identifica-se o desacordo de estratégias políticas e de investimentos entre os dois países, ou seja, indica uma classificação estruturada em uma divisão entre dois fatores (SAUSSURE, 1910). O presente artigo busca analisar as razões e circunstâncias que levaram os Estados Unidos e a China a um patamar de guerra comercial que repercutiu em todo o âmbito internacional desde o início do ano de 2018, e que, de certa forma, perdura até os dias atuais, apesar da assinatura da primeira fase do acordo bilateral (2020).

Este artigo se insere na linha de pesquisa da Economia Política Internacional, e seu tema busca compreender os fatores desse conflito comercial e as consequências econômicas para a política internacional das duas maiores economias mundiais da atualidade. Através das relações diplomáticas e comerciais globais, este artigo adota o planejado no nível de análise sistêmico internacional, no qual é possível averiguar as ações tarifárias de ambos os países incorporadas a um sistema, assim como as relações político-comerciais entre si e com outros países emergentes.

Para o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o país tem seu desempenho prejudicado devido à política expansionista chinesa, posição sinalizada desde o período eleitoral, com as duras críticas feitas à China durante seus discursos em diversos estados americanos. Ao ganhar a eleição para o cargo de presidente dos Estados Unidos, as atitudes protecionistas de Trump ficaram mais evidentes: sua postura cada vez mais radical para defender sua ideologia em favor de seu país, mas, principalmente, satisfazer os desejos do grande ego presidencial.

Em março de 2018, as promessas de campanha eleitoral tornaram-se reais e ocorreu o primeiro anúncio de sanções tarifárias, com a taxaço sobre produtos de origem chinesa. Esse ataque americano ao aumentar a tributação de produtos da China<sup>1</sup> veio com o argumento de defender os produtores da agricultura dos Estados Unidos e, em especial, contornar o cenário preocupante, no qual o presidente Donald Trump se deparava com um déficit comercial em

---

<sup>1</sup><https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/16/guerra-comercial-entenda-a-piora-das-tensoes-entre-china-e-eua-e-as-incertezas-para-a-economia-mundial.ghtml>

relação ao país chinês.<sup>2</sup> A estratégia política e econômica que o presidente norte-americano adotou foi complexar os trâmites de importação e obstaculizar que as mercadorias de origem asiática ingressassem no país. Sendo assim, o efeito quase imediato que causaria no mercado em ofertar menos produtos importados da China promoveria o aumento de uma produção local, ou seja, o crescimento da demanda interna se expandiria e o próprio mercado americano se desenvolveria para atender à procura de produtos antes importados da China.

A partir do cenário anteriormente exposto, o objetivo geral do presente artigo é apresentar os reflexos tanto políticos quanto econômicos da guerra comercial recente entre as duas maiores economias globais, desde o crescimento exponencial da China dos últimos anos até o enfrentamento por espaço de mercado com os norte-americanos. O objetivo específico é compreender se houve ou não um grande reflexo desta guerra comercial na estrutura econômica dos Estados Unidos e da China.

O meio pelo qual o objetivo geral poderá ser alcançado é através da consecução dos objetivos específicos, por meio das seguintes perguntas de pesquisa: quais as consequências das sanções tributárias impostas por ambos os países? Qual a dimensão negativa do conflito sobre o sistema internacional? E qual o reflexo na exportação para a economia brasileira?

## **2. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS**

O relacionamento diplomático entre os Estados Unidos e a China advém de grandes desafios, em especial desde os anos 1980. Esse é um período no qual houve uma convergência soviético-americana com a Perestroika<sup>3</sup>, provocando uma diminuição na estimulação americana por um vínculo de aliança político-estratégica com o país asiático. Além das medidas de progressão econômica e avanços comerciais e industriais que com os quais os países da Ásia oriental, intitulados Tigres – Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong e Cingapura –, estavam se destacando no cenário internacional – sobretudo o ótimo desempenho econômico do Japão.

Devido ao destaque do desenvolvimento desses países frente aos Estados Unidos, a

---

<sup>2</sup> Déficit comercial é quando a economia local promove e reconhece o aumento do crescimento de compras e a diminuição de vendas para o mercado externo.

<sup>3</sup> A Perestroika foi uma reestruturação política da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1985, cujo objetivo era reorganizar o setor econômico e político da sociedade soviética, que estava destinada ao declínio.

capital americana sentiu-se desconfortável e resolveu desarticular suas concessões econômicas. Afinal, o país norte americano precisava fomentar superávits primários (VISENTINI, 2011).

Segundo Costa Pinto (2011), o intuito de instaurar uma nova rota de acumulação e de poder para os Estados Unidos através de uma regulação neoliberalista, especialmente com o foco no aumento das finanças, propiciou uma convergência por demanda de riquezas. Contribuiu também para essa estratégia de sucesso adotada pelos Estados Unidos, o desejo de conquistar novamente a “ordem internacional”, e logo mais concretizar a estratégia de ser o destaque econômico global.

Como mencionado anteriormente sobre a busca do aumento das finanças norte americanas, o professor-autor Dr. Ernani Teixeira Torres Filho, baseado no livro *O Poder Americano* de José Luis Fiori (2004), salienta que encontrou três padrões de ordenação do mercado internacional pós-guerra:

O primeiro padrão, “que se estende de 1945 até 1973, caracterizou-se pela consolidação da hegemonia norte-americana no oriente médio e pela liderança de mercado das grandes petroleiras dos EUA” (p.312). O segundo, compreendido entre 1973 a 1985, teve seu início marcado pela dupla ruptura do padrão monetário internacional e o terceiro padrão, causada pela derrota no Vietnam.

Ou seja, esses momentos marcados da história americana, proporcionaram ao mercado internacional um “financiamento” advindo do destaque hegemônico dos Estados Unidos e da diplomacia do dólar forte. Outra síntese do livro *O poder Americano*, feita pelo professor-autor Dr. Marco Aurélio Cabral Pinto, demonstra que é possível caracterizar a hegemonia norte-americana contemporânea em três traços marcantes:

- (i) A internacionalização do dólar e das finanças norte-americanas;
- (ii) A constituição do complexo industrial-militar-acadêmico nos EUA;
- (iii) A dominação geopolítica das reservas de petróleo no mundo pelas empresas e pelas armas. Em seu conjunto, estas três dimensões explicariam, o processo de acumulação do poder e da riqueza pelos EUA principalmente no pós-guerra, quando se percebeu mais claramente a existência de um projeto norte-americano de conquista do poder global.

No decorrer da década de 1990, até a primeira década do século XXI, a construção mais arrojada da relação dos Estados Unidos com a China foi a característica deste período. A formação de uma boa relação econômico-política se tornou mais sólida, unificando a globalização americana e o milagre econômico chinês (FIORI, 2008).

Consoante com Maria Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo:

[...]‘globalização americana’ ensejou, de forma inédita, a articulação estrutural entre sistema de crédito, a acumulação produtiva das empresas, o consumo privado e a gestão das finanças privadas e do Estado (particularmente da dívida pública). Esta verdadeira fusão de funções e de interesses reafirma o caráter essencialmente ‘coletivista’ (e macroeconômico) da nova dinâmica de reprodução do capitalismo central. Uma exibição prática da ‘macroeconomia política’ do Poder e da Riqueza Americanos, fundados nas relações entre hegemonia monetária, expansão de crédito, valorização de ativos e crescimento econômico (2004, p. 134-135).

Nesse sentido, estruturou-se nos Estados Unidos, até o início do século XXI, um modelo de acumulação de riquezas, na qual os campos financeiros do país foram os principais condutores para tal feito. Esse cenário foi possível devido as restrições regulatórias que os Estados Unidos adotaram mediante as políticas monetárias realizadas pelo Federal Reserve (FED). Como consequência, o uso das ações e dos títulos públicos norte-americanos configurou-se um importante condutor para a promoção de consumo e aumento de investimento (FIORI, 2008).

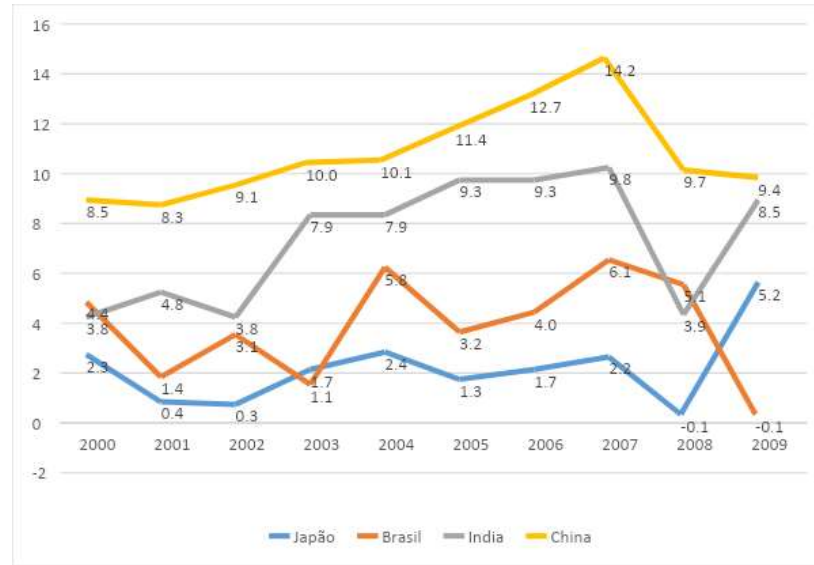
## 2.1 TAXAS DE CRESCIMENTOS ECONÔMICOS

Não obstante, assim como mencionado anteriormente, a década de 1990 até 1999 caracterizou-se pelo crescimento econômico dos Estados Unidos e da China, originando-se dados macroeconômicos interessantes. Todavia, ao analisar outros cenários globais, nota-se que as taxas de crescimento de países na área do euro, África, Brasil e Japão, obtiveram resultados divergentes e não satisfatórios em relação aos nortes americanos e chineses.

Por exemplo, a taxa de crescimento da zona do euro correspondeu, no período de 1990-1999, a 1,9%, a África 2,5%, o Brasil 1,7% e do Japão 1,5%, em médias anuais. Em contrapartida, em médias anuais, os Estados Unidos corresponderam a 3,1% e a China em 7,2%. O que explica esse resultado? Para tanto, pondere-se que esses países sofreram graves adversidades econômicas, a exemplo da Rússia, em 1998, da Ásia, em 1997, e do Brasil, em 1998 – crise da desvalorização do real, quando o Brasil deixou o regime de bandas cambiais e adotou o regime de câmbio flutuante (COSTA PINTO, 2011).

No gráfico abaixo, é possível identificar as taxas de crescimento do produto interno bruto, no espaço de tempo do ano 2000 a 2009, entre China, Japão, Brasil e Índia.

**Gráfico 1: Taxa de Crescimento Real do Produto Interno Bruto – PIB (2000-2009)**



Fonte: Elaboração própria do autor a partir dos dados da International Macroeconomic Data: countryeconomic.com >> Acesso em abril de 2020.

Através dessa ilustração, percebe-se o elevado crescimento dos países em desenvolvimento da Ásia, como a Índia – sobretudo a China – onde o volume do PIB passou de 8,5%, em 2000 até o pico de crescimento real em 2007, correspondendo a taxa de 14,2%. Infere-se também do Gráfico 1 que o ciclo de expansão da economia mundial foi benéfico, atraindo mais investimentos em porcentagem do PIB. Esse ciclo de expansão ocorreu devido os novos fluxos comerciais e financeiros, que formaram uma nova estrutura no desenvolvimento da acumulação capitalista mundial: de um lado os Estados Unidos e do outro o conjunto de economias do Sudoeste Asiático, em particular a China (COSTA PINTO, 2011).

Ressalta-se que os EUA, com o foco na acumulação de riquezas (capitalismo), perderam países companheiros nessa dinâmica econômica. A Europa, sobretudo a Alemanha, por exemplo, deixou de possuir o status de referência e guia de crescimento mundial. Mesmo assim, continua economicamente afortunada e com ambiente político mais tranquilo. Entretanto, a crise da Grécia (2010) foi uma amostra de que, ainda que o ambiente político permanecesse pacífico, o bloco europeu não foi capaz de solucionar as adversidades internas (PINTO, 2011).

Segundo o autor Fiori (2008), com a interpretação do autor Eduardo Costa Pinto (2011), essa incapacidade de resolver os problemas detém uma razão:

A União Europeia não tem um poder central unificado capaz de definir e impor objetivos e prioridades estratégicas aos seus Estados-membros, mantendo-se sob o comando militar e o protetorado atômico dos Estados Unidos. Esta impotência já faz tempo que imobiliza a Europa, e ficou ainda mais patente depois da ampliação forçada da União



Europeia pelos Estados Unidos, para incluir os países que pertenciam à órbita de influência soviética até 1991. Atualmente, a União Europeia se transformou numa unidade política fraca, com moeda supostamente forte e pouca capacidade de iniciativa estratégica autônoma e unificada no sistema mundial. Estranho paradoxo, por que foi a Europa que inventou os Estados nacionais, o capitalismo, o sistema mundial e o uso sistemático da competição e da guerra como mecanismo de acumulação de riqueza e poder. E agora está se propondo transformar num território político e econômico sem fronteiras e sem competição e guerras internas no continente, mas, ao mesmo tempo, um “ente político-econômico” incapaz de ter um estratagema competitivo global” (FIORI, 2008, p. 43).

Nesse contexto, além dos Estados Unidos da América, a Índia e a China tornaram-se uma espécie de locomotiva de crescimento para acumulação de riquezas. Devido a esse novo cenário asiático, em especial o grande crescimento econômico da China, a relação de competição com os Estados Unidos ganhou forças, já que a participação chinesa no produto interno bruto mundial passou a representar grande influência.

### **3. GUERRA COMERCIAL ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA**

Na relação entre os Estados Unidos e a China há alguns anos tem ocorrido sérios desgastes: na relação política e, principalmente, econômico-comercial. Ao longo do ano de 2018, percebeu-se que os acordos comerciais dos Estados Unidos com a União Europeia e a Coreia do Sul foram reestruturados, a fim de fortificar ainda mais as estratégias econômicas do atual Presidente Donald Trump. A seguir, será possível verificar algumas medidas que endossaram a reação firme e contundente do Presidente americano, devido ao posicionamento militar da China e aos desejos de burlar, de certa forma, as normas internacionais no que tange os investimentos internacionais (BROOKINGS, 2018).

De acordo com David Dollar e Peter Petri (2018), as demandas econômicas que Donald Trump possui no governo chocam-se com as medidas tomadas pela China no contexto das estratégias de crescimento econômico. Dentre as demandas, englobam-se pontos variados de divergências e que incomodam a política comercial e econômica americana. Primeiramente, ressalta-se a exigência norte-americana para que o país chinês comprima os superávits bilaterais e, sobretudo, para que desista da iniciativa tecnológica “Made In China 2025”.

O ávido plano que a China possui, intitulado “Made In China 2025”, refere-se à intenção clara e objetiva de conquistar o mundo (BBC NEWS, 2018). Dentre as medidas de

desenvolvimento econômico para concretização desse plano está o campo da tecnologia. Em 2018, a China divulgou o primeiro avião fabricado nacionalmente, além do primeiro trem-bala, com capacidade de atingir uma velocidade de 400 km/h, estradas inteligentes que possibilitam recarregar a bateria dos carros elétricos ainda em deslocamento e a produção de novos satélites.

A capital da China, Pequim, busca gerar bilhões de dólares com esse plano, com a meta de tornar o país referência industrial e tecnológica. Ressalta-se, ainda, que no país estão instalados os centros de pesquisa da marca Apple e as sedes das indústrias de automóveis – General Motors e Volkswagen, por exemplo.

Durante muitos anos, o continente asiático, em particular o país chinês, era líder na produção de calçados<sup>4</sup> e reconhecido mundialmente (INVEST & EXPORT BRASIL, 2016). Tal visibilidade internacional era devido ao custo logístico mais barato, incluindo a prática de dumping e pirataria. Inclusive, essa liderança na exportação para outros continentes era um problema para a estratégia de exportações brasileiras, no qual salientava que a China quebrava os acordos da legislação internacional do comércio<sup>5</sup>.

O intuito estratégico do país asiático é desenvolver uma notabilidade global, com uma referência no mercado de grandes engenheiros, e deixar sua imagem de fabricação de produtos de baixo valor, calçados e brinquedos. Interpreta-se que, a partir desse momento, conforme analistas especializados, a relação política e comercial dos Estados Unidos com a China passou a estremecer. O Presidente Donald Trump considerou que o ávido plano da China de conquistar espaço e ser o destaque mundial é um “roubo de tecnologia” que interfere na livre concorrência e, principalmente, na segurança nacional. Neste ponto, iniciaram-se os argumentos para um confronto tarifário entre o país norte-americano e a China (BBC NEWS, 2018).

No ano de 2019, a relação conflituosa das duas maiores economias do mundo se intensificou, com a imposição de tarifas extras sobre bilhões de dólares nas mercadorias, tanto por parte dos Estados Unidos quanto pela China. O Presidente americano, em maio de 2019, declarou a intenção de dobrar as tarifas sobre US\$ 200 bilhões em mercadorias chinesas e ameaçou aumentar ainda mais. Em retaliação à declaração do Presidente Donald Trump, o governo chinês anunciou também uma precificação maior sobre mercadorias dos Estados

---

<sup>4</sup> Ver estudo de mercado de calçados no Guia de Comércio Exterior e Investimentos, disponível em: <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/Estudos/EstudoMercadoChinaCalçados.pdf>

<sup>5</sup> Ver reportagem do ABC Jornal, em anexo A.1, sobre a dificuldade do mercado brasileiro de conquistar o mercado internacional de calçados devido a dominância e práticas ilícitas da China.

Unidos (BBC NEWS, 2019).

De acordo com Eswar Prasad (2018), membro do Brookings Institution e especialista em economia chinesa, no ano de 2000, quando a China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC), assumiram-se muitos compromissos para que a economia do país fosse aberta a exportadores estrangeiros. Ou seja, acreditava-se que a abertura proporcionaria o aumento do poder de investidores internacionais.

Contudo, ao passar dos anos, observou-se uma dificuldade para empresas estrangeiras de investir no país asiático. Mesmo cumprindo os compromissos firmados anteriormente, os acordos com os investidores estrangeiros foram feitos mediante muitas amarras: para resguardar certas áreas da indústria, por exemplo (THE BROOKINGS INSTITUTION, 2018).

No gráfico a seguir, identificam-se os produtos taxados pelos Estados Unidos com o aumento de 10% sobre os US\$ 200 bilhões de mercadorias da China. Em contrapartida, a China visa as mercadorias americanas com foco na produção de distritos dos eleitores de maioria republicana, como verduras, soja e uísque americano – Bourbon (G1, 2019).

Gráfico 2

### Ameaças tarifárias mais recentes

10 principais importações dos EUA da China que enfrentam aumento de tarifas de 10% a 25%



Fonte: Comissão de Comércio Internacional dos EUA

BBC

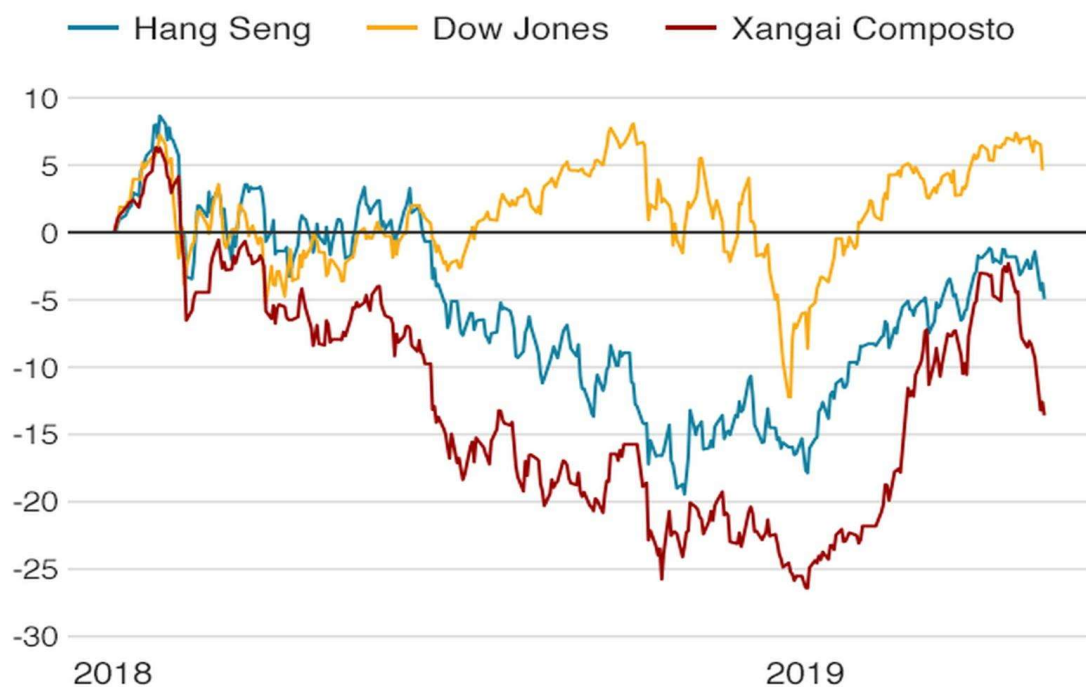
Fonte: G1, Globo. Economia, maio de 2019.

No terceiro gráfico, adiante, analisa-se o desenvolvimento dos índices das bolsas de valores da Ásia – Hang Seng, em Hong Kong; índice composto de Xangai, na China continental; e Dow Jones, dos Estados Unidos. O conflito comercial bilateral impacta diretamente na segurança do investidor e consecutivamente proporciona perdas no mercado de investimentos entre os dois países em questão, sobretudo, nas bolsas de valores de outros países que possuem vínculos comerciais, como Brasil, Japão e Alemanha.

Gráfico 3

### Mercado de ações desde que a guerra comercial EUA x China começou

Percentual de mudança de performance desde janeiro de 2018



Fonte: Bloomberg

BBC

Fonte: G1, Globo. Economia. Acesso em maio de 2020.

Interpreta-se do gráfico 3 que os índices das bolsas de valores no início do período do ano de 2018 estavam em um fluxo de crescimento sincronizado. Porém, devido a trocas de acusações e sanções comerciais, praticadas tanto pelos Estados Unidos quanto a China, ocorreu

um dispêndio e fuga nos investimentos. Observa-se também que, a cada tentativa de acordos entre as nações, o mercado financeiro reagiu de forma positiva, prevendo uma possível paz comercial e o retorno do pleno crescimento econômico.

Ao levar em consideração o gráfico acima e o contexto dessa guerra comercial, é possível apresentar uma pergunta: Quem está saindo vitorioso nessa disputa? Essa é uma pergunta que leva a uma resposta em que cabem posicionamentos variados: desde a conquista de mercado, até fatores quanto a fortalecimento de estratégias políticas para as eleições americanas que se aproximam, no final de 2020.

De acordo com Joseph Parilla (2018), especialista do Programa Metropolitano de políticas da Brookings Institution, esse conflito comercial gera impactos negativos em toda a estrutura econômica dos países. As tarifas com que a China retrucou as medidas tomadas pelo Presidente Donald Trump refletiram nas indústrias americanas. Quanto à análise das importações, as medidas de Trump estão voltadas primeiramente para o aço e o alumínio que, apesar de representar cerca de dois por cento das importações, não possuem um reflexo muito grande na economia americana em geral.

Contudo, ao analisar as exportações, as mudanças no ponto de vista do autor Joseph Parilla são drásticas. Um bom exemplo para evidenciarmos essa preocupação da economia americana são que as indústrias, grandes e pequenas empresas que necessitam do aço e do alumínio, observaram que os valores de mercado estão crescendo cada vez mais e, este ponto sim, reflete no custo de produção das empresas e, consecutivamente, o produto final fica mais caro, gerando um dispêndio econômico e comercial. Logo, ao se deparar com cenário econômico americano, o aumento do custo de produção de ferramentas ou produtos que levam em sua fabricação o aço ou o alumínio, torna o preço final mais elevado, e lei de oferta e demanda foi exaltada.

### 3.1 ASSINATURA DO ACORDO COMERCIAL

Após dois anos de intensas conversas, impasses e promessas de interromper a taxaço de tarifas extras sobre os produtos advindos de ambos os países (China e Estados Unidos), em janeiro de 2020, houve o primeiro passo para finalizar essa situação econômica que prejudicou

a economia global. Contudo, essa experiência no relacionamento entre os dois países foi interessante no ponto de vista que realinhou as necessidades e objetivos claros que, tanto a China quanto os Estados Unidos possuem.

O resultado positivo que a guerra comercial trouxe para os Estados Unidos foi a queda do déficit comercial em bens. O pensamento estratégico do Presidente Donald Trump, onde travando-se uma guerra comercial com a China traria tal resultado, se concretizou. Entretanto, o déficit comercial continua em patamares elevados, desde o início do conflito até o final do ano de 2019, o déficit reduziu em US\$ 60 bilhões, mas ainda permanece com um montante deficitário em cerca de US\$ 360 bilhões (FENG, 2020).

Cabe ressaltar que o preço pago para a obtenção de tal “conquista” foi caro e bastante relevante. De acordo com BBC News (2020), a situação do comércio bilateral infelizmente regrediu, e estimam-se que o valor do impacto no comércio foram cerca de US\$ 100 bilhões. Em resposta as sanções americanas, a China contra-atacou e o alvo das medidas foram os agricultores americanos, os níveis de exportações agrícolas diminuíram consideravelmente, em médias anuais passando o valor de US\$ 25 bilhões para cerca de US\$ 7 bilhões.

Entretanto, nos Estados Unidos, a quantidade de agricultores que receberam o impacto dessa retaliação chinesa na economia agrícola produtiva, que representa cerca de 1% da população nacional americana, foram salvas por medidas governistas que subsidiaram e auxiliaram os produtores perante esse confronto político-comercial. Outro dado importante para destacar, foram os níveis de investimentos chineses nos Estados Unidos que caíram drasticamente (FENG, 2020).

Mediante posicionamento do think tank Enterprise Institute (2020), o impacto no investimento chinês saiu de um patamar de cerca de US\$ 54 bilhões, em 2016, para níveis assustadores de US\$ 9,7 bilhões, em 2018. Ainda como consequência dessa guerra comercial, até o primeiro julho de 2019, o valor dos investimentos feitos pela China na economia americana já significava apenas US\$ 2,5 bilhões. Pondere-se, portanto, que o reflexo dessa guerra comercial prejudicou os dois países em variados setores da economia, como visto, na agricultura, nos investimentos, no setor empresarial e entre outros.

#### **4. ESTRATÉGIA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ADOTADA COM RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS A PARTIR DO ANO DE 1990.**

O cenário internacional, em um panorama simples, após a Guerra Fria e até o ataque terrorista das torres gêmeas nos Estados Unidos em 2001, propiciou a adequação das relações entre as nações; primeiramente, no que realmente importa, o equilíbrio da ordem internacional (LESSA, 2010). Novas políticas acerca de temas mais pertinentes e de extrema relevância no âmbito internacional entraram em voga, como por exemplo: a segurança internacional, as questões de meio ambiente, imigração e os desafios da temática de direitos humanos.

Entretanto, os conflitos políticos muitas vezes impedem que tal planejamento siga a diante. À exemplo, as sanções que os Estados Unidos aplicaram ao Irã (2019), sobre a acusação de um plano nuclear. Inclusive tais sanções ao Irã, refletiram na relação do Brasil com os Estados Unidos, interferindo nas estratégias da política externa brasileira. Em junho de 2019, dois navios iranianos ficaram presos no Porto de Paranaguá, no Paraná, em razão das sanções impostas pelos Estados Unidos ao Irã (ÉPOCA, 2019).

Devido ao crescimento na percepção da importância desses temas e os trabalhos desenvolvidos pelas nações, gerou-se um reflexo direto no desenho das estratégias de incorporação, assim como nos planos econômicos dos países, em especial o Brasil, cujo trabalho de integração foi por base das estratégias de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento da política externa brasileira nos últimos anos se destaca pelos esforços dos governantes em realizar avanços comerciais e conquistas no âmbito internacional de acordo com as visões políticas de cada período. Além da evolução das políticas públicas e dos efeitos da globalização que afetam os interesses no momento de definição de estratégias na política externa (LESSA, 2010).

Inicialmente, ao se tratar do tema (globalização), as compreensões da importância de políticas públicas, juntamente com as percepções estratégicas dos governantes, possibilitam no auxílio do desenho de uma política externa eficaz e, principalmente, que gere resultados positivos, tanto globais quanto para o Brasil. Entre tais estratégias políticas, a não necessidade de visto para americanos ingressarem em território brasileiro, por exemplo.

A estratégia da política externa brasileira no decorrer dos anos de 1990 foi marcada por tentativas de alcançar uma imagem relevante e uma visibilidade internacional, destacando-se principalmente as ações durante o governo de Fernando Henrique Cardoso com tal fim. Contudo, a partir de 2003, houve uma ruptura na forma de condução e uma nova configuração

na política externa foi adotada, com ênfase no universalismo, maior objetividade nos contatos bilaterais mais importantes para a nova estratégia brasileira e definição de um senso de prioridade estabelecido na condução da política externa. Os resultados gerados através dessas medidas projetaram uma visão de crescimento brasileiro no comércio e na economia, sendo considerado também um país emergente (LESSA, 2010).

A busca incessante do Brasil pelo desenvolvimento no período posterior à Guerra Fria e as novas estratégias de posicionamento político marcaram inicialmente o relacionamento com os Estados Unidos na adoção de uma postura voltada aos interesses próprios do Brasil e a visão política estratégica dos Estados Unidos para toda a América Latina. O objetivo brasileiro nesse período era o de garantir sua influência, tanto econômica quanto política, em relação aos países ocidentais e, sobretudo, afastar possivelmente o surgimento de uma potência na qual viria a se opor à grande nação.

Uma das ponderações observadas mediante as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos da América a partir do ano de 1990, é que começaram a se divergir devido ao propósito brasileiro de uma “promoção” no cenário internacional, obtendo uma imagem de destaque entre os países latinos e o desenvolvimento estratégico do relacionamento com a Argentina, que possibilitou um melhor desenho da América do Sul, concebendo a região como um polo bastante interessante para investimentos.

Historicamente, a partir do governo de Fernando Collor (1990-1992), com a estratégia política de abertura da economia brasileira e com o Plano Real, até Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), com a tomada de uma política econômica desnacionalizante, enfatizou-se os conflitos de interesses com os americanos. Em 1994, um propósito americano se iniciara com o objetivo de criar uma área de livre comércio com a América Latina, resultando na negociação da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

Contudo, os interesses políticos brasileiros em relação à ALCA geraram a possibilidade de isolamento do Brasil a não aderência ao projeto, haja vista que, dentre outros fatores, para o Brasil, o impacto na indústria nacional seria forte, devido à elevação das exportações americanas aos países atingindo o desenvolvimento. As negociações da efetiva realização da ALCA se estenderam por anos, até a chegada de um novo governo brasileiro, do Partido dos Trabalhadores, representado por Luís Inácio Lula da Silva (LESSA, 2010).



Durante o governo de Lula da Silva, a partir de 2003, a autonomia brasileira como um país emergente influenciou as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na ALCA, através do G-20. O reconhecimento efetivo do Brasil pelos Estados Unidos como uma liderança regional, a partir de 2005, transformou a relação bilateral em algo desgastante a um novo começo de uma relação baseada no diálogo e estratégias políticas benéficas a ambos (LESSA, 2016).

Ao analisar a relação atual no governo de Jair Bolsonaro, percebe-se o intuito de uma grande parceria com o Presidente Trump, através de concessões feitas pelo Brasil ao país do Norte em troca do apoio à entrada na OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, por exemplo. A estratégia do Presidente Bolsonaro de entrar na OCDE diverge do posicionamento na era Lula e Dilma, na qual não havia interesse em pleitear uma cadeira; contudo, durante o mandato do ex-presidente Michel Temer, as tratativas para galgar um espaço foram retomadas, sendo continuadas pelo atual Presidente.

Portanto, haja vista brevemente os desentendimentos no relacionamento com os Estados Unidos, cabe salientar que houve tentativas de diálogos e acordos benéficos nessa relação para o Brasil no decorrer dos últimos governos. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso retomou projetos do anterior presidente Itamar Franco (1992-1994) na sua agenda, à exemplo da reforma econômica incluindo a abertura comercial, controle cambial e o retorno das privatizações, e novos temas na política internacional como uma potência regional ponderada e madura.

#### 4.1 ESTRATÉGIA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ADOTADA COM RELAÇÃO À CHINA A PARTIR DO ANO DE 1990

Após o término da Guerra Fria, alguns países mudaram suas estratégias comerciais para fortalecer e/ou expandir os laços econômicos internacionais, e a relação do Brasil com a China é um exemplo dessa estratégia de incorporação para intensificar o relacionamento. Devido às alterações políticas e econômicas adotadas pelo Brasil sob as diretrizes do governo do ex-presidente Itamar Franco, a partir do ano de 1993, a China, bem como todo o continente asiático, se tornou uma primazia para a política externa brasileira. A intenção era de fortalecer esse contato político-comercial com um país que se destacava com as medidas de exportação,

importação e tecnologia (OLIVEIRA, 2004).

Sob a ótica de outro plano de governo, a partir de 1995, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso intensificou ainda mais a relação com a Ásia. Dentro das estratégias políticas, Cardoso visitou países importantes, com destaque para Malásia, Japão, China e Indonésia.

Segundo Henrique Altemani de Oliveira (2004), os ex-Presidentes da República do Brasil a partir do ano de 1990 tinham como definição a prioridade na política externa visando o crescimento das relações com os países asiáticos. Inclusive, como ressalta o autor, tanto o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso como Luís Inácio Lula da Silva, nas suas respectivas cerimônias de posse, declararam pleno interesse em estreitar os laços comerciais com aquele continente. Em 2003, em específico, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva mencionou objetivamente a intenção de expandir o contato bilateral com a Índia, Japão e principalmente a China.

## **5. REFLEXOS DO CONFLITO CHINA E ESTADOS UNIDOS SOBRE O BRASIL**

Pondere-se a situação político-comercial do Brasil, pois o cumprimento da primeira fase do acordo comercial firmado entre os Estados Unidos e a China (2020) para que cesse a guerra comercial de taxaço de tarifas, pode refletir nas exportações brasileiras e, consecutivamente, impactar nos produtores de commodities (REDE BRASIL, 2019). Dentre os quesitos do acordo, há a exigência dos Estados Unidos para que a China passe a comprar e/ou aumentar o montante de compra de soja para favorecer os produtores internos do país.

Atualmente, os chineses são os principais importadores de soja, petróleo e minério de ferro do Brasil. Isso sim, desperta um verdadeiro problema para a economia brasileira, caso haja realmente essa troca. Todavia, o atual governo do Brasil, Presidente Jair Bolsonaro (2018), tenta incansavelmente estreitar as relações com o Presidente Donald Trump, assim como a indicação para entrada na OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

De acordo Luiza Duarte (2019) o Brasil detém um superávit comercial com a China, que atualmente, é a principal parceira econômica. Levando em consideração que o comércio

exterior brasileiro importa produtos manufaturados e principalmente, para ganho na balança comercial, exporta um grande volume de commodities. A China adquire mercadorias produzidas em território brasileiro, como minério de ferro, açúcar, celulose, carne bovina e de carne de frango.

Contudo, ainda exportação brasileira que mais pesa na relação comercial com a China é a soja. Já os Estados Unidos da América, o comércio exterior brasileiro exporta aviões, semimanufaturados de aço e alumínio e petróleo. No pior cenário que venha a existir, segundo o economista William Jackson, especializado em mercados emergentes da consultoria Capital Economics, o reflexo para a economia brasileira pode acontecer de outra maneira, por exemplo, devido as preocupações comerciais existe a possibilidade de interferência e enfraquecimento da moeda brasileira (real) resultando na outra ponta, o crescimento da inflação nacional. Outra possibilidade, seria se a guerra continuar e os Estados Unidos resolver sobretaxar bens específicos do Brasil, como os aviões

E por último, sem um ponto final real nesse conflito comercial, e o cenário econômico chinês se deteriorar ainda mais, pode acontecer com que os preços das commodities brasileiras venham a diminuir devido à crise. Portanto, são possibilidades futuras ou cenários prováveis, na qual há necessidade de aguardar para poder identificar melhor as alternativas e sobretudo, as consequências para a economia brasileira.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme visto no decorrer deste artigo, com esta guerra comercial – ou mesmo como alguns analistas preferem chamar de “conflito comercial” – é possível identificar que o início da desestruturação política e comercial entre Estados Unidos e a China foi basicamente o déficit comercial. As tarifas mútuas com que ambos os países se taxaram tem reflexo diretamente na produção industrial e nas mercadorias.

A economia chinesa, no decorrer de 2018, já se observava em uma leve desaceleração econômica; porém, até então, os efeitos diretos não haviam sido exagerados. Ao comparar a situação econômica da China em vista aos outros países asiáticos, ainda se identificava um

crescimento – exportação – em relação aos vizinhos. Contudo, o momento em que se instalou geograficamente a guerra comercial com os americanos, a situação da economia chinesa não era favorável, haja vista, como mencionado anteriormente, a economia do país estar seguindo um fluxo de desaceleramento devido à queda de investimentos, por exemplo.

Ao observar outras razões que levaram os Estados Unidos da América a questionarem veementemente as ações políticas e estratégicas da China, conclui-se que o plano “Made in China 2025”, que de certa forma interpreta-se como uma renovação estratégica na indústria chinesa, foi e é um ponto de grande desacordo com os Estados Unidos, refletindo nas estratégias que o Presidente Donald Trump possui para o país. Os investimentos que a China aplica nos Estados Unidos no setor tecnológico, deixam evidente a dependência que o país detém, e o plano estratégico para 2025 é justamente interromper, ou melhor, diminuir drasticamente sua necessidade, além de poder aumentar o fluxo de exportação de produtos que possuem uma tecnologia de ponta.

Outra possibilidade da análise de resultado é a China não cumprir o acordo firmado e retroceder nas importações de soja dos Estados Unidos, por exemplo. A instabilidade comercial entre a díade EUA e China, pode gerar desconforto político para o Brasil, tendo em vista a aproximação ideológica e comercial com os americanos. Não obstante, o ano de 2020 está voltado para ações de combate à Covid-19.

E haja vista todo o histórico demonstrado nesse artigo, o atual Presidente dos Estados Unidos acusa veementemente a China de ser o culpado do surgimento do vírus e, principalmente, ter produzido a bactéria viral em um laboratório chinês. Além das recentes denúncias dos norte-americanos sobre tentar roubar as pesquisas para encontrar a cura por meio de uma vacina.

Logo, aguarda-se o momento desta pandemia internacional passar, para analisar de fato o cumprimento ou não das regras do acordo, se haverá uma segunda fase de assinatura de acordos e principalmente, como a economia global estará depois do caos e prejuízo que a Covid-19 deixará registrado na história econômica e social do mundo. Acredita-se que o momento atue seja de união entre todos países e que as diferenças se sobressaiam e tenham um objetivo final comum: investimentos no setor de saúde e no equilíbrio econômico.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Pedro Henrique Batista (Org). **Os Desafios e Oportunidades na Relação Brasil-Ásia na Perspectiva de Jovens Diplomatas**. Fundação Alexandre de Gusmão-FUNAG, 2017.

Disponível em:

<[http://funag.gov.br/loja/download/RELACAO\\_BRASIL\\_ASIA\\_MIOLO\\_FINAL.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/RELACAO_BRASIL_ASIA_MIOLO_FINAL.pdf)>

Acesso em 20 de abril de 2020.

BARRIA, Cecilia. **O Ambicioso Plano 'Made in China 2025' Com Que Pequim Quer Conquistar o Mundo**. BBC NEWS, 2018.

Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44039447>>

Acesso em abril 2020.

DOLLAR, David; PETRI, Peter A. **Why It's Time To End The Tit-for-tat Tariffs In The U.S.- China Trade War**. Brookings, 2018

Disponível em <<https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2018/10/05/why-its-time-to-end-the-tit-for-tat-tariffs-in-the-u-s-china-trade-war/>>

Acesso em 27 de abril de 2020.

DUARTE, Luiza. Como a guerra comercial entre EUA e China pode afetar o Brasil. BBC NEWS, 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44745494>>

Acesso em abril de 2020.

FIORI, J. L. C. China: entre os séculos XX e XXI. **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FIORI, J. L. C.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. (Org.). O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-277.

FENG, Zhaoyin. EUA e China assinam acordo após 2 anos de guerra comercial: o que mudou ao longo da disputa? BBC NEWS, 2020. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51119805>>

Acesso em abril de 2020.

**G1. Guerra Comercial: 5 gráficos para entender a disputa entre EUA e China. 2019.**

Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/13/guerra-comercial-5-graficos-para-entender-a-disputa-entre-eua-e-china.ghtml>>

Acesso em abril de 2020.

**INTERNATIONAL MACROECONOMIC DATA, 2020.**

Disponível em:

<<https://pt.countryeconomy.com/>>

Acesso em 27 de abril de 2020.

INVEST&EXPORT BRASIL. Panorama do Mercado Chinês de Calçados – Perspectivas Para as Exportações Brasileiras. **Estudo de Mercado.** Guia de Comércio Exterior e Investimentos, 2016.

Disponível em:

<<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/Estudos/EstudoMercadoChinaCalçados.pdf>>

Acesso em abril de 2020.

LESSA, Antônio Carlos. 2010. Parcerias Estratégicas do Brasil: Um Balanço da Era Lula (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional online.** Vol.53, n.spe, pp. 115-131.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000300007&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300007&lng=en&tlng=en)>

Acesso em 27 de abril 2020.

LESSA, Marcos André, Governo Lula e Rodada Doha: A Aposta Valeu a Pena? **NEIBA**, Vol. V. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ), 2016.

Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/neiba/article/viewFile/27449/21255>>

Acesso em 05 de março de 2020.

MEDEIROS, C. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização asiática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, p. 381-400, 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil-China: Trinta Anos de uma Parceria Estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol.47 no.1. Brasília, 2004.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000100002#tab1](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100002#tab1)>

Acesso em 27 de abril 2020.

PINTO, Eduardo Costa. **O Eixo Sino-Americano e a Inserção Externa Brasileira: Antes e Depois da Crise**. IPEA, 2011.

Disponível em:

<[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10109](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10109)>

Acesso em abril de 2020.

PINTO, Marco Aurélio Cabral. **Síntese de Fiori**, 2004.

Disponível em:

<[https://scholar.google.com/scholar\\_lookup?title=A+mundializa%C3%A7%C3%A3o+do+capital+e+a+expans%C3%A3o+do+poder+americano+O+Poder+Americano&author=TAVARES+M.+C.FIORI+J.+L.&author=BELLUZZO+L.+G.&publication\\_year=20042004](https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=A+mundializa%C3%A7%C3%A3o+do+capital+e+a+expans%C3%A3o+do+poder+americano+O+Poder+Americano&author=TAVARES+M.+C.FIORI+J.+L.&author=BELLUZZO+L.+G.&publication_year=20042004)>

Acesso em 26 de março de 2020.

PARILLA, Joseph; DOLLAR, David. Is Anyone Winning the US-China Trade War? **Podcast Intersections**. The Brookings Institution, 2018.

PRASAD, Eswar; DOLLAR, David. “Us-China Trade War, or Trade Deal?”. **Dollar and Sense Podcast**. The Brookings Institution, 2018.

Disponível em: <<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/11/20181126-Dollar-and-Sense-Transcript.pdf>>

Acesso em abril de 2020.

REMDE, Mônica Zanol. **A Crise Brasileira de 1998-1999: análise sob a ótica do modelo de Krugman**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2013

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G., A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, J. L., org. (2004) **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TREVIZAN, Karina. **Guerra Comercial: Entenda a Piora das Tensões Entre China e EUA E As Incertezas Para a Economia Mundial**. G1, 2019.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/16/guerra-comercial-entenda-a-piora-das-tensoes-entre-china-e-eua-e-as-incertezas-para-a-economia-mundial.ghtml>>

Acesso em 02 de fevereiro de 2020.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações diplomáticas da Ásia. Articulações regionais e afirmação mundial**. Editora Fino Traço, 2011.



## ANEXO A.1

Domingo, 28.6.2015 / ABC DOMINGO 5

entrevista

## HEITOR KLEIN

PRESIDENTE EXECUTIVO DA ABICALÇADOS

# O setor está sendo crucificado

O setor produtivo, grande responsável pela geração de emprego e renda, está sendo crucificado e impedido de participar da recuperação do desenvolvimento do País, critica o presidente executivo da Abicalçados, Heitor Klein, na entrevista a seguir.



**Quais os efeitos da concorrência feita ao Brasil por produtores como a China e a Indonésia?**  
**Heitor Klein** - Em primeiro lugar, há uma queda na atividade das empresas e um crescimento no desemprego porque, tanto no mercado internacional como no doméstico, o produto asiático concorre com o brasileiro, o que é normal no mundo dos negócios. O que não é normal é que isso ocorra com fortes traços de desacordo com a legislação internacional de comércio e por um longo período, pois as condições de produção nos países asiáticos se dão em um ambiente fora das regras de uma concorrência leal: prática de dumping e pirataria de produtos e marcas. Isso vem diminuindo, é verdade, tem que se reconhecer que está havendo uma normalização no ambiente concorrencial. Mas o estrago que já foi feito ao longo desses anos todos já aconteceu, está consolidado.

**Por exemplo...**  
**Klein** - Em 1993, o Brasil participava com 12% do mercado americano importado de calçados e a China com 3%. Passados mais de 20 anos, por conta dessas situações, hoje a China participa com cerca de 50% e o Brasil com 3%, ou menos ainda. Isso mostra que uma base desleal pode até destruir a parte de produção de um País.

**O que não é o caso do Brasil...**  
**Klein** - Não é o caso do Brasil, mas provocou um grave dano. No mercado doméstico, a concorrência dos asiáticos vem produzindo dois fenômenos muito importantes. O primeiro é que reduziu o saldo da balança comercial de calçados, que antes era positivo em cerca de US\$ 1,8 bilhão por ano, para US\$ 400 milhões, quase a quinta parte. De outro lado, promoveu uma queda muito forte na ocupação das despesas voltadas ao suprimento do mercado brasileiro de calçados, pelo mesmo fenômeno. Mas não é só da China.

**Esses países obtêm, muitas vezes, preços mais competitivos face à mão de obra quase escrava e à manipulação cambial...**  
**Klein** - Isso vem mudando. Mas todo esse posicionamento do produto asiático, principalmente o chinês no mercado internacional, se deu sobre três fundamentos: uma conjunção de custos extremamente artificial, porque eram valores irrisórios, com custos de uma base de produção irreal se observadas as condições de fabricação reinantes nos demais países. Em segundo lugar, um forte apoio governamental, com todo tipo de subsídios, não só isenção de custos tributários de qualquer ordem, mas incentivos fiscais ligados ao projeto exportador e à absolutamente livre atuação das empresas no mercado, sem nenhum tipo de ação de caráter regulatório ou obrigações trabalhistas. E, finalmente, uma política cambial voltada com o único objetivo de favorecer o produto chinês no mercado internacional, ou seja, altamente administrada. Faço novamente a ressalva de que isso vem mudando, não ocorre tanto quanto há dez anos. Mas continua surtindo seus efeitos.

**Mas a qualidade melhorou, pois ninguém continua comprando produtos apenas em função do preço...**  
**Klein** - Sim, é verdade. Embora a gente observe alguns produtos que deixam a desejar, outros se comparam à produção ocidental, notadamente os esportivos.

**Na sua avaliação, as políticas de proteção ao mercado brasileiro são adequadas?**  
**Klein** - Temos um longo caminho pela frente. O lamentável é que estamos na direção inversa. Já tivemos avanço significativo nos últimos anos no processo de desoneração das exportações, com programas como o Reintegra, que devolvia parte dos impostos que se agregavam ao produto ao longo da cadeia produtiva, e também a questão da desoneração da folha de pagamentos para favorecer o setor importador, além de outras medidas que traziam algum tipo de benefício, seja na formação dos preços de vendas, seja na redução de custos. Mas há uma outra linha que é bastante importante, que é o projeto de lei que regula as relações entre as empresas que contratam outras empresas para a sua linha de produção.

**Há críticas em relação ao projeto...**  
**Klein** - Ele está sendo combatido pelas instituições que representam os trabalhadores como sendo uma canibalização das relações de trabalho entre as empresas e os trabalhadores, como sendo um retrocesso. É injustificável esse movimento, pois, ao contrário do que eles afirmam, a terceirização garante, de forma mais acertiva, os direitos dos trabalhadores, pois se uma empresa contratada não cumpre suas obrigações, a empresa que contrata fica solidariamente responsável, está previsto em lei. Hoje são tantos os regulamentos que o setor empresarial tem que cumprir que praticamente inviabilizam o processo de produção. É isso a que me refiro quando falamos em retrocesso.

**E tem ainda a alta carga tributária...**  
**Klein** - Tem a direta e a indireta. O governo tem o poder de reduzir a carga e flexibilizar a regulamentação incidente sobre a atividade produtora e exportadora. E as duas coisas são importantes. Mas em uma situação como está hoje o Tesouro Nacional, é difícil conversar sobre desoneração, o que complica o diálogo. Porém, na área da flexibilização da regulamentação não tem porque a gente não avançar.

**Mas a alta do dólar não amenizou as perdas para os exportadores?**  
**Klein** - Sem dúvida, melhorou um pouco e poderá até representar um crescimento em relação ao ano passado. Mas o receio é de que o aumento de custos de toda a natureza, como a energia elétrica, infraestrutura e logística, pode anular completamente os ganhos que acontecem pela desvalorização do câmbio.

**Se houvesse um semáforo para definir a atual situação do setor calçadista, qual seria a cor do contexto atual? Verde, amarelo ou vermelho?**  
**Klein** - Estaria amarelo alaranjado, indo para o vermelho. Não é o fim do mundo, nós sobreviveremos a isso tudo, poderemos encontrar formas, pois felizmente, no que se refere ao setor de calçados, a situação das empresas é de solidez. Não observamos grandes movimentos de fechamento de indústrias. A migração para outros Estados também está reduzida porque a demanda é menor. Se o mercado não voltar a aquecer, não teremos novos investimentos. O que se lamenta é que o setor produtivo, que tem uma capacidade forte de responder por geração de emprego e renda, e portanto de arrecadação, está sendo crucificado e impedido de poder participar deste processo de recuperação do desenvolvimento do País.